

Ata da Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina Revisão do Plano Diretor de Angelina Anteprojeto de Lei

Pauta: A reunião ocorreu no dia 21 de novembro de 2023 de modo presencial, no Centro Comunitária do Centro. O objetivo da reunião foi a discussão da versão preliminar do Anteprojeto de Lei da Revisão do Plano Diretor de Angelina, aprovação Aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023 e decisão sobre a Conferência Final.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TOnOCTRidO4>

Redação da Ata: Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nadine Saleh e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Cumprimentos e apresentação da pauta

O Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, inicia sua fala cumprimentando todos presentes às 19:10, fala que hoje é uma reunião que exige a participação e a leitura efetiva de todos que fizeram parte do processo, durante as oficinas e demais atividades participativas.

Antes desses assuntos, Sr. Dauri abre um espaço para informes do Conselho, ninguém se manifesta. Sr. Dauri passa então para a pauta da presente reunião, que são: Aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023; Discussão de Conferência Final; Discussão sobre a Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei.

Sra. Maria de Fátima T. Melo pergunta se o Conselho terá uma reunião apenas para a leitura completa da versão preliminar. Sr. Dauri e o professor Samuel explicam que hoje seria o debate sobre o conteúdo, mas que não haverá a leitura na íntegra.

Sr. Luiz Carlos questiona se hoje é uma reunião do Conselho. Sr. Dauri responde que sim. Sr. Dauri questiona então a todos os presentes se está aprovada a ata da presente reunião. A maioria se manifesta concordando.

Sr. Dauri passa então para aprovação da ata da reunião realizada em 12 de setembro de 2023, a maioria se manifesta concordando e aprovando a ata. Sr. Dauri passa então a palavra para o professor Samuel Steiner, para então apresentar as demais pautas de hoje.

Segunda Parte - Debate sobre a Versão Preliminar

Sr. Samuel começa sua fala explicando que essa reunião não estava na metodologia inicial proposta, mas que foi solicitada pelo Conselho e que a equipe da UFSC está presente para dar o suporte e os esclarecimentos quanto aos possíveis questionamentos e melhorias. Propondo que a reunião seja guiada por esses questionamentos. Menciona que qualquer sugestão, crítica ou alteração que o Conselho possa fazer deve ser inserida na consulta pública que está aberta até sexta-feira, 24/11/2023.

Sr. Samuel comenta que na parte final desta reunião será apresentada uma proposta de regimento da conferência final, assim como a data sugerida, que deverá ser aprovada pelo Conselho para posterior decreto. Também comenta sobre a dinâmica de debates sobre a versão preliminar acontecer por tempo de fala das demandas que irão aparecer.

Samuel inicia a apresentação dos slides, apresentando em que etapa o processo estamos.

A Sra. Maria de Fátima T. Melo fala que na Barra Clara não foi encontrado o formulário físico.

O Sr. Michael explica que em Barra Clara foi deixado primeiramente no Posto de Saúde, e posteriormente foi realocado para o Centro Administrativo.

A Sra. Maria de Fátima T. Melo fala que na semana passada teve pessoas procurando e não acharam em Barra Clara.

O Sr. Samuel comenta que o online está disponível desde sexta-feira passada, e que a versão impressa também deveria estar disponível a partir da mesma data. Comenta que, caso o Conselho reconheça que a participação ficou prejudicada, por conta desse relato de Barra Clara, podem solicitar que o prazo para a contribuição aumente, mas que essa decisão implicará também nos demais prazos do processo.

A Sra. Maria de Fátima T. Melo fala que quem procurou os formulários foram pessoas que participaram das oficinas naquela localidade.

O Sr. Samuel mostra na apresentação as informações da Consulta Pública, que está aberta, em modo online, e apresenta as localidades em que os formulários físicos estão disponíveis, que são: na sede da Prefeitura no Centro; no Posto Saúde do Garcia; no Centro Administrativo de Barra Clara; e no Posto de Saúde do Rio Novo.

Sr. Samuel inicia a apresentação sobre Versão Preliminar do Anteprojeto de Lei. A apresentação mostra os títulos, capítulos e seções do Plano proposto. Aborda algumas questões sobre a estrutura da versão proposta, explicando brevemente sobre o conteúdo de cada uma das partes.

O Sr. Samuel comenta que o principal desafio desse PDP foi em como direcionar a expansão urbana em áreas que se pode edificar, por conta das condicionantes ambientais do município. Fala sobre as APP e as regulamentações federais que estão acima do PDP e que não podem ser alteradas, como as ocupações próximas aos rios.

Sobre Coqueiros, Samuel comenta que a equipe técnica entendeu que deveria ser reconhecido como área urbana, pelas ocupações e infraestruturas presentes. Apresenta brevemente os instrumentos urbanísticos que estão sendo previstos. Samuel fala então que a equipe técnica da UFSC está aqui para apoiar a discussão dos membros do Conselho sobre o conteúdo da versão proposta.

O Sr. Lucas inicia sua fala, primeiramente parabenizando a proposta, mas comenta que mesmo tendo reduzido muitos itens, ainda tem muita responsabilidade para o município. Aborda sua preocupação com o município conseguir assumir o que está sendo proposto no plano, principalmente as questões que não apresentam um prazo para serem executadas.

O Sr. Sérgio, vice-prefeito do município, comenta sobre quando assumiu seu mandato em 2005 e foi elaborado o primeiro plano diretor, que ficou esquecido por 12 anos, e por isso não foi colocado em prática. Explica que o PDP não se encerra por si próprio, mas que precisa do Poder Legislativo, Poder Executivo, o Conselho ativo e também da sociedade civil para sua aplicabilidade e relevância. E aborda que é necessário ficar atento a isso, para que não se repita.

O Sr. Dauri comenta que a preocupação do Lucas quanto aos prazos, que há na lei a parte de Título IV – Das Disposições Finais e Transitórias.

O Sr. Lucas questiona se a prefeitura conseguirá cumprir esses prazos.

O Sr. Michael relembra que alguns dos planejamentos já são obrigatoriedades da prefeitura, que estão sendo cumpridos. Informa que o estabelecimento de prazos pode prejudicar o trabalho da Prefeitura e a própria intenção de regularizar o Projeto. Fala sobre o Plano de Saneamento Básico, e a importância do PDP mencionar esses planos para ajudar a efetivá-los.

Samuel comenta os cenários pensados na elaboração dos Planos Setoriais que foram contemplados no Plano. Explica que é necessário mencionar o Plano para o município conseguir a verba para o financiamento e execução dos planos. E que a escolha da equipe foi focar em menos planos, um total de 05, sem prazos para não prejudicar o trabalho da prefeitura. Fala que se o Conselho acha importante colocar prazos, pode ser alterado.

Sr. Luiz Carlos fala que a falta de boa vontade acontece culturalmente. Menciona uma reunião em Porto Alegre a respeito do Programa de Microbacias, em que foram instaladas 340 novas fossas nas residências no município, e fala que tem 99 novas fossas na sua área. E que, em sua opinião, é necessário um prazo para que se inicie os trabalhos. Fala sobre a necessidade de um estudo ambiental, e expõe sua opinião de que é necessário uma secretaria da Defesa Civil onde o município teria possibilidade de delegar. Comenta que o problema do município é na área rural, em que o afastamento do rio joga a casa para próximo de uma encosta, então prejudica os moradores.

O Sr. Sérgio, vice-prefeito do município, respondeu falando sobre os eventos meteorológicos ocorridos no ano passado, apontou que em Angelina tiveram encostas caindo sobre as casas, e não inundações de rios. Fala sobre o perímetro urbano consolidado, que não foi afetado. Relembra 03 demandas apresentadas por ele no início da elaboração do PDP, que são: disciplina de condomínio rural, construção com recuo de rio menor de 30 metros e expansão do perímetro urbano, como na Linha de Chaves.

O Sr. Luiz Carlos complementa, sugerindo um estudo de impacto de vizinhança que possa amenizar a exigência de afastamento, considerando as preexistências, especialmente nas áreas rurais.

Samuel responde que não é possível que o PDP faça qualquer alteração nesse sentido nas áreas rurais. Sr. Luiz Carlos responde desejando que a Defesa Civil colabore com essa flexibilização.

O Sr. Dauri fala que o Conselho tem a responsabilidade de discutir a expansão e o desenvolvimento do município como um todo. Menciona que a discussão tem que avançar no que já vem sendo debatido com base nos saberes técnicos.

O Sr. Cláudio Inácio fala que acha interessante que a atual diretoria do Conselho vem acompanhando os encaminhamentos técnicos e não sendo política partidária. E que a atual diretoria propõe muito mais coisas que as últimas duas existentes. Fala sobre o Conselho não estar participando dos debates sobre o plano orçamentário do município. Comenta que há um Fundo financeiro para o Plano de Saneamento, mas sem participação não haverá efetivação do mesmo, e que não há ainda um conselho para isso. Comenta sobre os municípios vizinhos, que sofreram com as últimas chuvas fortes, e tiveram casas levadas pela água, então por mais que em Angelina não tenha ocorrido, é importante que antes de liberar a ocupação próxima à borda d'água sejam feitas obras (de contenção ou outras) para garantir a segurança dos moradores. Fala que o Conselho não pode deixar que vontades pessoais se sobressaiam sobre as demandas do município, discutidas e debatidas no Conselho. Parabeniza a atuação do Conselho, falando que o mesmo é participativo, ativo e consultivo.

Sr. Samuel comenta sobre o Conselho de Angelina ser um dos mais ativos, e que essa deve ser a principal herança do processo de revisão.

Sr. Roquilane fala sobre os afastamentos de rios e deslizamentos. Sugere que no Anexo 11, onde o afastamento está definido como 30 metros, sugere colocar: conforme a Lei Federal correspondente. Porque em caso de a Lei Federal mudar esse distanciamento, o recuo poderia ser alterado também.

Sr. Luiz Carlos propõe que a distância de 15m seja estabelecida na área urbana. Sr. Sérgio comenta que depende do que é reconhecido como área urbana consolidada.

Sr. Dauri comenta sobre o art. 109, que trata sobre a delimitação dos núcleos urbanos consolidados, questionando se o próprio plano diretor não pode apontar quais são essas áreas. Samuel responde afirmando que é necessário que seja feito estudo específico, ou pela prefeitura ou pelo proprietário.

Sr. Lucas pergunta se pode ser incluída no plano diretor essa questão agora debatida. Samuel responde que foi incluído no Plano Diretor o que a Lei Federal permite.

Sr. Lucas pergunta se hoje precisam aprovar algo.

Samuel responde que hoje não é para decisões, mas uma conversa entre os Conselheiros para tirarem dúvidas.

Sr. Lucas fala que suas sugestões seriam colocar os prazos para a execução das políticas propostas e também o debate sobre o afastamento das ocupações e dos rios.

Samuel fala que é importante que essas contribuições sejam colocadas na Consulta Pública.

Sr. Dauri fala que no PDP aparece bastante a atuação e representação do Conselho, mencionando a importância do Conselho continuar ativo.

Samuel explica que a equipe entendeu como importante que as coisas que são estruturantes devam ser passadas pelo Conselho.

Sr. Sérgio comenta que, enquanto prefeito, foi feito um processo de limpeza do rio, em que descobriram uma ilha que represava o curso d'água. Fala sobre um projeto realizado junto à FUNASA, em que viriam tubos desde a Palhocinha até o terreno do Sr. Benedito para que o esgotamento coletado fosse tratado na estação de tratamento. Comenta sobre ter questionado a gestão seguinte a respeito do projeto, mas que o projeto foi perdido.

Sr. Roquilane comenta sobre as zonas de ocupação, a Zona Residencial Mista, a Zona Central e a AEIS. Fala dos parâmetros da ZOC, e que se fizer as contas com a taxa de ocupação de 15%, poderá ser construído apenas 300m². Samuel responde que o critério de estabelecimento da ZOC são para áreas ambientalmente sensíveis, então é necessário que haja uma alta permeabilidade do solo.

Sr. Claudio Inácio questiona sobre o Código de Obras do município, que também irá regular questões importantes para a construção civil. Samuel responde que o município ainda não tem, mas que seria importante ter. Fala que talvez é algo que faltou demandar no PDP.

Sr. Roquilane comenta que o zoneamento fragmentou a Zona Central com uma ZOC no meio, e que em sua opinião, essa é uma área consolidada. Fala também que uma das AEIS já está ocupada. Sugere que seja ZRM até a faixa consolidada.

Sr. Samuel fala que o critério principal das ZOC foi cruzar com as áreas de inundação e deslizamento, para encontrar as áreas que seriam importantes para ter baixa ocupação.

Sr. Roquilane questiona sobre as pessoas que já tem um lote na área e querem construir. Samuel responde que se o lote já estiver regularizado, tais parâmetros não irão afetar na construção. Samuel responde que é importante que ele coloque essas sugestões na consulta pública, indicando as áreas consolidadas para uma nova observação da equipe técnica.

Sr. Roquilane questiona também a delimitação de uma AEIS no Centro, em cima de uma casa já existente. Samuel responde que o critério da equipe foi manter a delimitação do Plano atual. Explica que a escolha por não delimitar em novo terreno privado foi pelo reconhecimento de que a Prefeitura não teria condição de bancar a desapropriação.

E com relação a ZOC com a ZRM, Sr. Roquilane apresenta cálculos de ocupação previstos para essas áreas e a obrigatoriedade da destinação de área pública. Samuel responde que dificilmente terá loteamento em ZOC, e que não é essa referência apresentada que é utilizada para a doação de área pública.

Por fim, sobre a Linha do Chaves, comenta que avançou bastante, mas questiona o critério de delimitação como ZMC em área que alaga. Samuel responde que quase toda aquela área é alagável, por isso foi proposto dessa forma. Sr. Roquilane afirma que é bem na área alagável do rio que foi alargada a Zona. Sr. Roquilane apresenta o desenho das áreas para o Samuel. Samuel agradece e fala que é importante fazer essa contribuição na consulta.

Sr. Lucas sugere que seja adicionado o número das páginas no documento da lei. Comenta que o PDP é o principal documento para elaborar um estudo de

viabilidade para vias, e que as ruas Rua São José, Leoberto Leal e Francisco de Assis ficam subentendidas como ruas municipais, mas que o DEINFRA solicita o recuo da faixa de domínio. Samuel responde que isso foi indicado no PDP.

O Sr. Sérgio, fala sobre ruas do distrito de Garcia no perímetro urbano, que para o asfaltamento daquela parte foi necessário pedir autorização estadual. Comenta que a consulta tem que ser feita de autorização do Estado para alterações.

Samuel responde que precisa verificar se a via foi municipalizada ou não. O Sr. Sérgio afirma que mesmo assim precisa de autorização. Samuel comenta que o recuo dessas rodovias pode ser flexibilizado no perímetro urbano. Sr. Lucas pede para o Samuel mostrar onde estão essas informações na versão preliminar do PDP, Samuel mostra na sua versão impressa essa parte do Plano.

Sr. Lucas questiona a prioridade de utilização pública para barreiras e para extração de minérios, que não encontrou no PDP. Samuel comentou que isso é uma boa lembrança, o direito de preempção.

O Sr. Sérgio concorda falando que essa é uma questão importante para Angelina.

Samuel relembra que no PDP o direito de preempção pode estar descrito para intenções específicas.

Sr. Luiz Carlos comenta que o Plano atual menciona cachoeiras como pontos turísticos, no Rio Engano e no Rio do Norte, que já é utilizada para banho, mas que este PDP não as menciona. Ele propõe que sejam citadas como forma de proteger da instalação de novas PCH's.

Samuel responde que, por serem propriedades privadas, não podem ser mapeadas de forma específica, mas que no PDP estão colocadas as áreas de manancial que devem ser protegidas.

Sr. Claudio Inacio sugere que a fala do sr. Luiz Carlos seja levada ao Conselho de Turismo, que pode agir sobre.

Sr. Roquilane questiona o perímetro urbano de Garcia, que antes começava no início do calçamento. Samuel reconhece que não deveria ter recolhido e pede para que o Conselheiro demarque no mapa para posteriormente encaminhar à equipe técnica, que irá ajustar. Sr. Roquilane questiona o critério de demarcação das áreas do

Garcia, e Samuel responde que o critério foi o relevo para alteração do perímetro urbano.

Também sobre o Garcia, questiona a medida de afastamento do rio, em que alguns pontos o afastamento chega a 100m, mesmo em pontos em que o rio é menos extenso. Samuel e Roquelaine debatem sobre esses questionamentos do Garcia. Samuel explica que será verificado se há alguma inconsistência. Sr. Roquelaine pergunta sobre a SAVU e a possibilidade de fazer um parque, perguntando se haverá desapropriação dessas áreas.

Samuel responde que não haverá desapropriação. Mas a lógica é delimitar uma área possível de parque.

O Sr. Adinei questiona sobre a delimitação de algumas áreas urbanas no Centro. Samuel fala sobre as condicionantes ambientais que determinam essas limitações.

O Sr. Lucas questiona sobre a situação do plantio de árvores próximo as vias principais do município. Samuel responde que essa questão entra em uma Política de Regramento Rural, e comenta que o PDP não atua sobre isso. O Sr. Lucas questiona aos membros do Conselho o que eles interpretam como Condomínio Rural, e fala que o que ele entendeu conforme descrito no PDP não parece ser condizente com o que os órgãos públicos entendem como condomínio rural.

Samuel explica que existe o condomínio de lotes, apresentando como exemplo o município de Rancho Queimado, que é diferente do condomínio rural, em que a lógica é de organização geral da propriedade, sem o parcelamento do lote.

Os participantes debatem sobre as questões de domínio das porcentagem do condomínio rural, lógicas das matrículas, vendas de lotes de condomínios e regamentos internos do condomínio rural.

O Sr. Lucas fala que há uma outra situação, que é o condomínio urbano dentro de um lote rural. E pergunta se no PDP está previsto essa legislação.

Samuel responde que a equipe gostaria que isso não acontecesse. E explica sobre as dinâmicas territoriais que envolvem esse tipo de condomínio no município.

O Sr. Lucas qual seria a diferença de um condomínio rural com 10 chácaras e um condomínio urbano com 10 chácaras. E questiona como Rancho Queimado tem isso.

Samuel responde que o Ministério Público está em cima do município por conta disso.

Sr. Claudio Inacio comenta sobre algumas questões serem responsabilidade do proprietário.

Sr. Lucas comenta que em Rancho Queimado o projeto chega completo para ser aprovado na Prefeitura. Diz ter pesquisado e descoberto que Rancho Queimado está faturando anualmente 2 milhões e meio em IPTU e ITBI.

O Sr. Sérgio comenta sobre cobranças de impostos no município.

O Sr. Michael fala sobre a tributação, e questiona se isso vai diferenciar para a tributação entre rural e urbana.

Sr. Lucas responde que sim, e Samuel fala que não, pois em Angelina continuaria configurando como área rural, explicando que o condomínio rural de Rancho Queimado se encontra em área urbana e por isso é tributado.

Membros debatem sobre a tributação e demais questões relacionadas aos condomínios rurais.

Samuel responde que não pode estender o perímetro urbano pela lógica individual, e que não é porque Rancho Queimado faz que deveria ser feito aqui. E que essa é a forma mais fácil para o empreendedor fazer, mas que não deve ser a lógica de demarcação das áreas urbanas do Plano Diretor. Comenta sobre o estudo feito pela equipe, que se deparou com muitos municípios irregulares no Estado de São Paulo.

O Sr. Sérgio comenta sobre municípios como Rancho Queimado, com eleições em que prefeito, vice-prefeito e a maioria da câmara correspondiam ao mesmo partido e acabaram aprovando diversas leis, que estão até hoje correndo na justiça.

Sr. Claudio Inacio fala que lá ficou claro a ação do agente privado sobre o poder público.

Samuel responde falando que os critérios apresentados no Plano são razoáveis, mas que servem para orientar. Sr. Lucas fala que ele, se fosse empreendedor, não investiria em condomínios rurais no município e que provavelmente não acontecerá no município.

Samuel fala que o território e a complexidade de Angelina é diferente de outros municípios e que a tentativa do plano é não “abrir a porteira” para os condomínios.

Samuel apresenta o QRCode da consulta pública e reforça que tudo que foi debatido deve ser colocado nos formulários que estão abertos.

Terceira Parte - Aprovação do Regimento e datas para a Conferência Final

Sr. Samuel chama a atenção de todos para a última parte da reunião que irá apresentar a proposta de regimento da Conferência Final para votação do Conselho sobre a Versão Preliminar. Apresenta o regimento interno do Conselho e do atual Plano Diretor, que indicam a necessidade da audiência final.

Samuel explica sobre como será a apresentação das contribuições e da sistematização que será feita pela Equipe Técnica da UFSC.

Sugere a programação da Conferência Final, que deverá conter: a solenidade de abertura, a composição da mesa diretora, apresentação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública, debate público e apreciação dos conteúdos sistematizados decorrentes da Consulta Pública e a deliberação por parte do Conselho de Desenvolvimento Territorial dos conteúdos apresentados

Explica que a discussão deverá ser realizada considerando: a manutenção ou supressão do texto original do conteúdo em consideração; a aprovação de proposta de alteração do conteúdo em consideração, oriunda de conteúdo de formulário sistematizado; ou ainda a formulação de proposta alternativa à de alteração.

Samuel explica sobre a sugestão das regras para a discussão, que são: o pedido de inscrição para manifestação oral, solicitado à mediação; o respeito à sequência de inscrição, estabelecida por ordem de solicitação; o tempo de 2 (dois) minutos, prorrogável por mais 1 (um) minuto, para cada pessoa inscrita para manifestação oral; e o tempo de fala a ser concedido para a equipe do Laboratório de Urbanismo da UFSC, para fins de eventuais considerações técnicas. Abordando a importância de seguir os ritos por ser uma etapa deliberativa.

Sr. Claudio Inacio confirma se o debate será a respeito das proposições chegadas, não sobre o PDP como um todo.

Sr. Lucas questiona o que acontece caso a maioria da população presente na conferência apresente uma pauta divergente da apresentada. Samuel explica que somente o Conselho terá direito de votar e decidir, reforçando a importância de Angelina ter um Conselho ativo e de todos esses debates internos.

Samuel retoma a apresentação, falando sobre o formato da votação do Conselho de maioria simples (50% + 1).

Sr. Claudio Inacio questiona sobre a presença de membros inativos. Samuel responde que no dia terá a quantidade de fichas correspondente para quem for apto a votar.

Samuel explica a sugestão da votação, onde os favoráveis não precisam se manifestar, os votos contrários apresentam fichas vermelhas e as abstenções apresentam fichas brancas. E que caso seja realizada a contagem de votos, no resultado apresentado no relatório, deverá constar os votos a favor, os votos em contrário e as eventuais abstenções. Além disso, os resultados da conferência deverão compor o relatório da Plenária de Conferência Final.

Samuel informa também que os conteúdos da Versão Preliminar do Plano Diretor, inclusive seus anexos, que não foram objeto de formulário na Consulta Pública serão considerados como aprovados. Outra informação importante apresentada é que não será admitido a apresentação de novas propostas além das oriundas do conteúdo sistematizado da consulta pública. Samuel explica porque esse detalhe é importante para o Plano não ser descaracterizado depois de tantos debates e partes participativas.

Sr. Samuel explica que o relatório da plenária conterá: o registro de todo os conteúdos sistematizados apresentados na Conferência; o registro de todas as propostas alternativas que forem eventualmente elaboradas durante a Conferência; o registro de todos as eventuais votações; a lista de presença; demais conteúdos que servirão de base para publicação e divulgação dos resultados da Conferência; e os conteúdos deliberados como aprovados que impliquem em alteração de mapas e demais anexos.

Samuel explica que precisamos publicar o regimento e a convocatória 15 dias antes, então a sugestão é que seja feita no dia 12/12/2023 a Audiência Pública com a Conferência Final, a votação dos conselheiros e apresentação da Versão

Consolidada. Samuel questiona se o Conselho está de acordo com a proposta apresentada.

Sr. Roquelaine questiona qual será o local da audiência. Samuel responde que não está definido, que o próprio Conselho pode definir mas que pode ser aqui.

Sr. Marcelo justifica sua falta nas últimas três reuniões, parabeniza o conteúdo apresentado até aqui. E questiona se quem não tem acesso a internet está tendo acesso a versão preliminar e aos formulários.

Samuel responde que foi disponibilizado em 04 locais do município, na sede da Prefeitura no Centro, no Posto Saúde do Garcia, no Centro Administrativo de Barra Clara e no Posto de Saúde do Rio Novo.

Samuel agradece as contribuições e encerra a reunião, às 21:33, convidando a todos para uma foto oficial da reunião.

Lista de presença membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina e outros:

Qnt	Nome	Representação
1	Rosemari Leite Schmidt	Poder Legislativo - Suplente Representante 01
2	Vilmar Diel	Poder Legislativo - Representante 02
3	Michael Soares	Prefeitura Municipal de Angelina
4	Dauri Exterkoetter	APAE
5	Roquilane Souza	Macrozona Urbana de Garcia
6	Maria de Fátima T. Melo	Macrozona Urbana Barra Clara
7	Cynthia Furbringer	Macrozona Urbana Barra Clara - Suplente
8	Luiz Carlos Laurentino	Macrozona Rural de Garcia - Representante 01
9	Marcelo Trierweiler	Macrozona Rural de Garcia - Representante 02
10	Lucas Ternes Hames	Macrozona Urbana da Sede - Representante 01
11	Felício Junkes	Trabalhadores Rurais e Urbanos
12	Claudio Inácio Schuch	Macrozona Rural Central - Representante 01
13	Adelio Nildo da Cruz	Associação de Amigos de Angelina (ANGELMIGOS)
14	Walter Souza Rosa Junior	Prefeitura Municipal de Angelina
15	Irmã Maria Heerdt	Associação das Irmãs Franciscanas de São José
16	Sério Murilo	Vice - Prefeito
17	Adinei Boaventura	Secretário Executivo do CDTA

Lista de presença Equipe Técnica UFSC:

Samuel Steiner dos Santos	Apresentador
Nathália Sander	Elaboração da Ata
Nadine Saleh	Apoio